



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Movimentos Sociais e lutas de classes – contextos nacional e internacional

LUTAS SOCIAIS NO CONTEXTO NEOLIBERAL E A RELAÇÃO COM O SERVIÇO SOCIAL

MARCIANA ALEXANDRE ¹

VANTUIR TREVISOL ²

Resumo:

Este artigo contextualiza os movimentos sociais urbanos e rurais no atual cenário capitalista. Os estudos referenciam os movimentos sociais como formas de resistência dentro da lógica contraditória do capitalismo. Apresenta-se dois exemplos atuais de movimentos sociais, urbanos e rurais, e a relação do Serviço Social com esses movimentos.¹

Palavras chave: movimentos sociais, questão social, direitos humanos, movimentos urbanos e rurais

Abstract:

This article presents a contextualization of social movements, especially urban and rural social movements given the situation of capitalism, especially in its current phase. To develop the study, we used a survey of materials that discuss the topic, as well as discussions held in the Elective subject Social Struggles and Social Rights, taken in the postgraduate program, master's level PPGSS, Unioeste Toledo campus. We note that the studies have social movements as a reference within the contradictory logic of capitalism, which is also a form of resistance, so two examples of social movements in current times will be presented, urban and rural social movements. Furthermore, the relationship between Social Service and social movements is highlighted.

Keywords: social movements, social issues, human rights, urban and e rural movements

¹ Além da revisão bibliográfica utilizou-se como aporte para a construção do artigo as discussões realizadas na disciplina eletiva Lutas Sociais e Direitos Sociais, cursada no Programa de pós-graduação em Serviço Social, nível mestrado PPGSS, Unioeste campus Toledo.

² Universidade Estadual do Oeste do Paraná

³ Universidade Estadual do Oeste do Paraná



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

1. INTRODUÇÃO

Gohn (2009) expõe didaticamente que os movimentos sociais podem ser de várias naturezas e aponta que os movimentos urbanos e rurais são aqueles que envolvem discussões que perpassam as demandas relacionadas à perspectiva de garantia e defesa de direitos, como melhores condições de vida, acesso à terra, moradia, serviços públicos, entre outros.

Já os movimentos sociais alusivos ao campo do trabalho perpassam os aspectos do movimento operário e a outras categorias laborais, bem como há também os movimentos sindicais, ou seja, discussões que perpassam movimentos populares que envolvem negociações e acordos de uma categoria, por exemplo.

Os movimentos identitários por sua vez englobam discussões alusivas aos direitos econômicos, sociais, políticos, e também culturais. Em geral situa-se junto aos segmentos sociais excluídos das camadas populares, contudo isso não caracteriza uma regra. Além destes, cita-se também os movimentos globais, os quais envolvem espaços de discussões coletivos formais, como é o caso das plenárias, fóruns e colegiados.

Diante disso, demarca-se que o ponto de circunscrição do presente artigo será o movimento rural e urbano. Contudo, falar de movimentos sociais implica necessariamente abordar sobre o capitalismo e suas crises estruturais, e o modo como impactam na classe trabalhadora, visto a sucessiva destruição dos direitos sociais, de modo especial nos países de capitalismo periférico como é o caso do Brasil, que enfrenta, concomitantemente as consequências do neoliberalismo, da pandemia da Covid-19 e os resquícios do governo de ultradireita que esteve no poder entre 2019 a 2022, embora com desmontes mais cruéis desde 2016, com o Golpe que destituiu a Presidente Dilma Rousseff, cujo principal objetivo foi o enquadramento do Brasil na agenda neoliberal.

2. O CAPITAL E SUA RELAÇÃO COM OS MOVIMENTOS POPULARES

As formas de produção desde as sociedades primitivas à atual - materializadas através do trabalho² - passaram por um processo de desenvolvimento e complexificação ao longo da história. Se antes a produção visava o atendimento às necessidades básicas daqueles envolvidos no

²O trabalho é um processo entre o homem e a natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a natureza. O processo de trabalho [...] é a atividade orientada a um fim para produzir valores de uso, apropriação natural para satisfazer a necessidades humanas, condição universal do metabolismo entre o homem e a natureza, condição natural eterna da vida humana e, portanto, [...] comum a todas as suas formas sociais. (Marx, 1983, p. 149-150 *apud* Netto; Braz, 2012, p. 43-44).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

processo produtivo, com a gradativa produção de excedentes e relações de troca, chega-se ao modo de produção contemporâneo: o modo de produção capitalista, cujo objetivo final é a obtenção do lucro através da exploração do trabalho.

Netto e Braz (2012) destacam que no Ocidente, o modo de produção capitalista sucedeu a produção feudal, sendo hoje o sistema dominante em escala mundial. Desde que se consolidou, na passagem do século XVIII ao XIX, este modo de produção passou por complexas evoluções ao longo da história não tendo hoje nenhum desafio que seja externo à sua própria dinâmica, ainda que durante aproximadamente setenta anos este sistema teve a concorrência de experiências caracterizadas como socialistas. É, portanto, “dominante em todos os quadrantes do mundo, configurando-se como um sistema planetário” (Netto; Braz, 2012, p. 108). É no modo de produção capitalista que configuram as duas classes sociais: trabalhadoras/es (que vendem sua força-de-trabalho) e burgueses (donos dos meios de produção).

É no modo de produção capitalista (a partir da relação capital X trabalho) que se origina a “Questão Social”³ e suas variadas expressões. Com base em Abramides (2021, p.22), no contexto da acumulação flexível do capital, as expressões da “Questão Social” podem ser apontadas como “desemprego estrutural, desregulamentação das relações de trabalho: trabalho intermitente, temporário, informal, precarizado, por pessoa jurídica, por tempo determinado, por projeto, sem carteira assinada, terceirização para atividades meio e fins.” Além destas, uma série de outras expressões tais como a fome, a ausência de moradia, saúde e os conflitos no campo são elementos evidentemente presentes na contemporaneidade.

Considerando que o capitalismo abarca relações de produção e reprodução da vida social, Fontes (2009) pondera que é essencial refletir sobre a economia, mas também sobre as relações sociais e, sobretudo, a exploração dos trabalhadores formalmente livres.

Deste modo,

A expropriação capitalista não se limita à terra ou aos meios de produção – embora seja sobre eles que se exerça prioritariamente –, mas atinge todos os elementos da vida social que bloqueiem a plena disponibilidade da força de trabalho (para o capital), assim como dos elementos naturais que até então constituíam parte integrante da vida coletiva; bens não convertidos em mercadorias são expropriados, como água ou florestas, implicando, portanto, – e este é o elemento que queremos ressaltar – a expropriação das populações, a

³ “A *questão social* não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, mais além da caridade e da repressão.” (Carvalho; Iamamoto, 2005, p. 77 – grifos dos autores).

serem convertidas em massas “contáveis” de desempregados (ou, em outros termos, em pura disponibilidade para o mercado). (Fontes, 2009, p. 26).

A autora pondera que nos países de capitalismo central a intensificação da exploração de força de trabalho factualmente acontece junto com a permanente expropriação e recriação de formas compulsórias de trabalho nas periferias. Nesse sentido, Fontes (2009) sinaliza que é com a “disponibilização do trabalho para o capital” e também com o disciplinamento da força de trabalho mediante a expropriação e concentração de capitais especialmente no contexto da reestruturação produtiva, que o disciplinamento é imposto tanto pela violência quanto pelo convencimento.

Ainda conforme a autora, no mundo do trabalho o desmantelamento dos sindicatos mais combativos, bem como o desmonte de aparatos legais de proteção e acirramento da concorrência nacional dos trabalhadores, foram suavizados pela “corrupção e sedução de estratos sindicais dirigentes, pela incorporação subalterna de uma franja de gestores sindicais aos papéis de gestores de fundos de porte internacional e pela adoção de estratégias de trabalho de cunho ‘participativo’, ‘responsável’, etc.” (Fontes, 2009, p. 31), compreendido no contexto regressivo de direitos.

Portanto, incidiu sobre os movimentos reivindicatórios a coerção e o convencimento, e, por conseguinte, atualmente as reivindicações são imediatas e corporativistas, em função do nível de consciência coletiva primária em decorrência do apassivamento das lutas sociais, ou seja, o apassivamento das lutas sociais fica envolto pelo por reivindicações imediatistas e corporativistas.

Isto é compreensível, pois no bojo da contemporaneidade e suas modalidades de submissão, o apassivamento e a redução ao silêncio acontecem por meio de uma conversão mercantil-filantrópica de movimentos sociais de base popular. Deste modo, fica evidente uma dinâmica contraditória pois admite-se parcelas do empresariado, os quais por vezes são estimulados por demandas populares orientadas para a organização de projetos financiáveis, para a produção de serviços de cunho assistencial.

Ainda, a autora considera que ao longo da década de 1980 difundiu-se novas tendências intelectuais que criticavam a ideia de existência de classes sociais, para eles classes sociais seria muito abstrato e muito econômico não recobrando, portanto, a vida da população. Por tal motivo, defensores desta ótica persistiam na defesa de que “apenas a vivência específica de cada segmento ou setor deveria ser enfatizada” (Fontes, 2009, p.33). Nesta compreensão, o conceito de classes aparece “como se fosse apenas uma modalidade classificatória e não expressasse



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

uma cisão social fundamental, que produz – e marca – o conjunto das experiências na vida social” (Fontes, 2009, p.33-34).

A autora expõe que por tal motivo havia uma crítica reducionista à Marx e sua teoria, contribuindo ainda mais de forma perversa para a “redução do horizonte da vida social de inteiras populações a seu entorno mais imediato.” (Fontes, 2009, p. 34).

De acordo com autora em tela, os próprios militantes que se preocupava com o quesito de melhoria de vida da população, por vezes, abandonavam a prática e a reflexão inclinada para o fim das classes sociais, ou seja, inclinava-se para atividades locais, pontuais, de solidariedade e de autoajuda, pois esbarraram-se na dificuldade de recursos, o que acabou por influenciar em constituição de entidades filantrópicas, ou seja,

“a autonomia reivindicada deixava de ser capaz de produzir contra-hegemonia, não devendo mais forjar uma visão de mundo revolucionária, mas a autonomia de cada segmento, organizado em torno de demandas específicas, de cunho corporativo segundo a conceituação de Gramsci. (Fontes, 2009, p. 34).

Com isso, houve expansão de novas igrejas e também uma certa concorrência entre elas, que acabou por reforçar a filantropia das novas entidades, que passaram, inclusive, a receber apoio financeiro internacional, expandindo formas organizativas sociais. Isto implica dizer que tal processo impedia e impede algumas lutas específicas que atuam a partir do contexto imediato e respondem os resultados da ruína capitalista, convertendo princípios coletivos e internacionalizados de luta anticapitalista.

Essencialmente a partir dos anos 1990, as entidades patronais, “os bancos de desenvolvimento e de cooperação internacional, as grandes fundações privadas e o próprio Banco Mundial passariam a apoiar e a financiar resolutamente” (Fontes, 2009, p. 34) muitas dessas junto a agências financiadoras.

Além disso, “Novas especializações técnicas se definiam, como a de formuladores de projetos e a de agenciadores de recursos, nacionais e internacionais” (Fontes, 2009 p. 34 *apud* Fontes, 2006), e cursos alusivos a gestão de projetos sociais começaram a ser ofertados em âmbito internacional “como uma das especializações similares a MBAs (Master of Business Administration)”. (Fontes, 2009, p. 34)

Desse modo, tal qual a filantropia, a militância desaparecem em seu aspecto contraditório, desaparecendo também a contradição “entre essas atividades e o empresariamento social, ou o engajamento de trabalhadores (supostamente voluntários) para trabalhar sem contratos,” (Fontes, 2009, p. 35) sem direitos assegurados, mas na esperança da empregabilidade.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Isso ocorre concomitante com a idealização do conceito de sociedade civil, como se estivesse limitada apenas ao âmbito popular, obscurecendo a concepção liberal de sociedade civil, pois as lutas de classe perpassam pelos aparelhos privados de hegemonia, os quais se conectam e imbricam-se com o Estado. A presença do empresariado supõe uma contenção dos movimentos populares, impedindo a emergência de uma consciência política e uma educação e exploração dos trabalhadores “com vistas a jornadas sem limites, trabalho sem direitos, política sem horizontes” (Fontes, 2009, p. 35).

Então, a partir da atuação patronal junto a entidades infere-se que um dos objetivos é o de conter os movimentos populares, e com isso impedir a “emergência de uma consciência ético-política contra-hegemônica ou revolucionária.” (Fontes, 2009, p. 35).

Portanto, para a autora a política filantrópica convive muito bem com a concentração financeira, localizada na esfera da “pedagogia da hegemonia”, que visa subalternização de camadas sociais, implicando diretamente na socialização de existência, porém de maneira hierárquica e com sujeição, contribuindo na permanência do entidades e a criação de novas. (Fontes, 2009, p. 34, *apud* Garrison, 2000).

Com isso passa a ocorrer alteração da militância, visto que uma expressiva parcela modificou e converteu-se em prestação de serviços de “projetos sociais”, ou seja, passa a haver atuação profissional de assessoria de movimentos populares. Isto quer dizer que a

“militância se transformava em emprego, os serviços profissionais prestados poderiam – e deveriam – ser remunerados conforme o mercado, segundo as condições de pagamento dos movimentos sociais ou, caso mais freqüente, através da orientação para obtenção de recursos vicioso do capital monetário voltado para educação e exploração dos trabalhadores, entretanto um a socialização somente pode ser plena se [...] se revolucionarmos os meios de produzir e reproduzir a existência humana, reinventando a igualdade efetiva, a única forma social que permite produzir a diferença como qualidade e não meramente como sujeição ou hierarquia.” (Fontes, 2009, p. 35)

Observa-se, desta forma, que as estratégias do capital para manter sua (re)produção são diversificadas, sendo uma delas a não negação de setores combativos, mas sua cooptação, enfraquecendo as lutas e resistências da classe trabalhadora. Embora isso seja uma realidade, há movimentos sociais atuantes no país atualmente, conforme será abordado a seguir.

3. APONTAMENTOS SOBRE A PRESENÇA DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NO ESPAÇO RURAL E URBANO



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Conforme Gohn (2009, p. 05), o tema movimentos sociais assume posição de destaque no cenário mundial, internacionalizam-se e agregam novas características dadas as características da globalização.

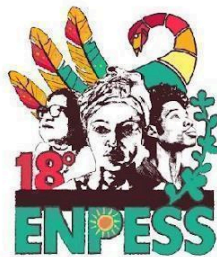
As transformações que aconteceram no mundo nas últimas décadas e que acabaram por influenciar as mudanças de focos nos movimentos sociais em geral, e na América Latina em particular, permitem-nos afirmar que os movimentos sociais não mais se limitam à política, à religião ou as demandas sócio-econômicas e trabalhistas. Movimentos por reconhecimento identitários e culturais ganharam destaque, ao lado de movimentos sociais globais. (Gohn, 2009, p. 05).

A autora cita que há um leque de abordagens teóricas acerca dos movimentos sociais que se apresentam de maneira ampla e diversificada. Ela cita teorias construídas a partir de eixos culturais (defesa de grupos étnicos, por exemplo); de justiça social (que destaca questões de reconhecimento e redistribuição de bens e direitos); de capacidade de resistência dos movimentos sociais (como lutas contra o neoliberalismo e de relações sociais regidas pelo mercado); e teorias que “canalizam todas as atenções para os processos de institucionalização das ações coletivas” (Gohn, 2009, p. 06), os quais preocupam-se com vínculos e redes de sociabilidade bem como de desempenho das pessoas em instituições, organizações entre outros.

3.1 Movimento social rural

O modo de produção capitalista visa atingir todas as formas de produção da vida social, inclusive no campo. Bezerra (2014) aponta que a forma pela qual o capitalismo se apresenta no campo é o agronegócio (ou agricultura empresarial), e que na América Latina há características mais ou menos semelhantes entre os países, como uma herança colonial, regimes de produção que se utilizaram de pessoas escravizadas e a presença de latifúndios. É um modelo de agricultura que se expande sob a hegemonia do grande capital internacional e financeiro, os quais controlam cadeias produtivas inteiras, minérios, água e grandes espaços territoriais. No espaço rural uma das expressões da “Questão Social” é denominada de Questão Agrária, que conforme Pires (2012, p. 39)

“se constitui em um problema estrutural do modo capitalista de produção. A lógica que permeia o modo capitalista de produção – que é a reprodução ampliada do capital – provoca o desenvolvimento desigual, por meio da contração de poder expresso em diferentes formas, por exemplo: propriedade da terra, dinheiro e tecnologia.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Retomando Bezerra (2014, p. 144), as lutas sociais no campo se desenvolvem em torno da Questão Agrária, principalmente através de questões como: acesso, garantia e defesa do uso da terra, posse e legalização das terras de comunidades tradicionais e povos originários, políticas públicas de apoio à propriedade camponesa abrangendo direitos sociais e humanos, combate ao uso de agrotóxicos, desmercantilização da água, implementação de novos modelos energéticos (orientados pelos interesses dos trabalhadores) e a construção de uma matriz tecnológica baseada na agroecologia.

A autora citando Carvalho (2013) aponta que tais lutas irão compor um processo de “ressignificação da reforma agrária” em direção a uma hegemonia para além do capital, haja vista a intencionalidade atual de invisibilidade da reforma agrária, sob a argumentação de que a tecnologia já consegue responder à necessidade de produção no espaço rural⁴.

Os movimentos sociais no campo não são homogêneos e podem apresentar particularidades dependendo de sua localização geográfica ou suas bandeiras de lutas, por exemplo. Contudo, Bezerra (2014) cita três elementos que compõem um eixo de convergência entre eles: 1) em movimentos com pautas específicas de luta, há convergência de pautas mais amplas, unindo movimentos do campo e da cidade - como por exemplo os movimentos de luta pela produção de alimentos saudáveis; 2) maior politização de lutas empreendidas por organizações que mobilizam as comunidades tradicionais e os povos originários. Embora estes povos não apontem diretamente para a concepção de classe social, compõem a dimensão de luta enquanto enfrentam o modo de produção capitalista no campo, profundamente predatório às suas formas de vida; 3) A presença de lutas mais direcionadas dentro de movimentos sociais maiores, como por exemplo os movimentos de mulheres, jovens e população LGBTQIAP + dentro do Movimento Sem Terra. Neste aspecto, pode-se destacar atuação parceira de movimentos nacionais com movimentos internacionais, mas que possuem ramificações em diferentes países. No campo, um exemplo desta relação é a articulação do MST com a Via Campesina, que está presente em 81 países e caracteriza, conforme o site do movimento, da seguinte maneira:

La Vía Campesina, fundada en 1993, es un movimiento internacional que reúne a millones de campesinxs trabajadorxs sin tierra, indígenas, pastorxs, pescadorxs, trabajadorxs agrícolas migrantes, pequeñxs y medianxs agricultorxs, mujeres rurales y jóvenes campesinxs de todo el mundo. Construida sobre un sólido sentido de unidad y solidaridad, La Vía Campesina defiende la agricultura campesina por la Soberanía Alimentaria. (viacampesina.org, s.d.)

⁴ Pode-se dizer que a grande mídia nacional tem papel importante nesse aspecto, ao desenvolver campanhas publicitárias com *slogans* que distorcem o verdadeiro sentido da agricultura empresarial, como: “agro é pop”.

Pode-se dizer que a Via Campesina apresenta características das citadas anteriormente, como a articulação entre diferentes segmentos (agricultores, povos originários, quilombolas, entre outros) e que tem como bandeira de luta a defesa pela soberania alimentar em escala mundial.

3.2 Movimento Social Urbano

De acordo com Guimarães (2015) o espaço urbano tem se colocado como importante no processo de luta de classe nas últimas décadas. A própria estrutura das cidades, que à medida que cresce, joga para as periferias com carência de infraestrutura, grande parte da população pobre. A autora aponta que historicamente as reivindicações dos movimentos sociais têm o Estado como seu primeiro interlocutor, uma vez que é ele o responsável pela formulação e oferta de políticas públicas, sendo esta interlocução permeada por muitos dilemas e desafios.

A autora aponta, com base em Maricato (2011), o quão remota são as possibilidades dos movimentos sociais urbanos debaterem dilemas estruturais, uma vez que o contexto atual traz preocupações centrais em busca de melhores condições de vida. Ou seja, o quão complexo é a luta por mudanças estruturais quando há necessidade de luta por questões básicas de sobrevivência.

Considerando a estrutura do modo de produção do capital que possui relações desiguais resultantes da relação capital e trabalho alinhado ao processo de reestruturação produtiva do capital (Antunes, 2015), somado a ideologia do consumo e do medo da “pobreza”, há um processo de escamoteamento dos direitos e dignidades a todas as pessoas humanas, independente de sua condição socioeconômica. (Brasil, 2009, s.p). Neste sentido, especificamente em relação à População em Situação de Rua (PSR), pondera-se que a crise prolongada do capital tem reflexos na esfera econômica, política, sanitária e ambiental, e constituem fatores os quais contribuem para o aumento da população em situação de rua, em decorrência de renda insuficiente para subsistência, falta de moradia e desemprego. (Brasil, 2022).

Desta maneira, a PSR elucida uma expressão da “questão social”, que tem como pano de fundo, o modo de produção vigente somado a outras expressões da questão social como, por exemplo, a violência intrafamiliar, vínculos familiares fragilizados e/ou rompidos, desemprego, bem como o trabalho informal com condições precarizadas, uso e abuso de substâncias psicoativas, prostituição, entre outros. Logo, tem-se que PSR são caracterizadas como um segmento populacional heterogêneo que tem em comum a pobreza extrema, inexistência de moradia

convencional e regular, e “utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (Brasil, 2009, s. p.).

Por muito tempo, tal grupo populacional não teve a atenção do poder público sob a ótica das políticas públicas (Brasil, 2009, s.p), deste modo seguem breves considerações acerca do Movimento Nacional da População em Situação de Rua (MNPR) e sua correlação com as políticas públicas, visto que é considerado um movimento social urbano, que “surgiu para reivindicar políticas públicas que atendam às necessidades e à dignidade humana” (Santos, 2017, p. 30 *apud* Instituto Pólis, 2010, p. 28).

O MNPR sempre esteve muito próximo do Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR), este de escala nacional, porém o MNPR possuía articulações em poucas cidades brasileiras, sendo as principais São Paulo e Belo Horizonte.

O MNPR que surgiu após a Chacina da Sé, ou seja, um episódio de violência praticado contra os “moradores de rua da Sé”, no ano de 2004, em São Paulo. Isto foi o estopim para mobilização que demandavam posicionamento oficial frente à ausência de políticas públicas de proteção e defesa dos direitos do público em questão e o enfrentamento concreto da problemática.

Deste modo conforme Santos (2017, p. 31), lideranças do MNPR de São Paulo e Belo Horizonte uniram forças com o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis (MNCR) e mobilizados em conjunto na “Marcha Nacional do MNCR”, na cidade de Brasília firmaram uma articulação política, já iniciada através de fóruns e plenárias desde o massacre de 2004. No mês de setembro de 2005, no IV Festival Lixo e Cidadania, do MNCR, houve a articulação de um grupo de pessoas em situação de rua vindas de Belo Horizonte, com pessoas em situação de rua de outras capitais que culminou na fundação do Movimento Nacional da População em Situação de Rua.

Com isso, foi possível a discussão e participação mais concreta nas discussões sociais de Estado. Importante pontuar que alguns dias antes da criação do movimento, o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) realizou, no ano de 2005, o I Encontro Nacional Sobre Pessoa em Situação de Rua, pois o MDS demonstrava interesse em discutir e levantar estratégias e recomendações sobre a realidade daquele grupo. Deste modo, ocorreram fóruns em diversos estados brasileiros, que contaram com a participação de setores do governo e da sociedade civil para discutir a realidade das pessoas em situação de rua no país, propiciando o



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

início da formulação da Política Nacional para População em Situação de Rua, além de subsídios para o texto da Lei 11.258/2005 que alterou Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS)- Lei 8742/1993 que dispõe sobre a organização da Assistência Social, e inseriu no parágrafo único da prerrogativa de que na organização dos serviços de assistência serão criados programas destinados a pessoas em situação de rua (Brasil, 2005).

Após discussões relativas às políticas públicas referentes segmento em questão, no ano de 2009 houve o II Encontro Nacional sobre População em Situação de Rua, e foi um espaço de vocalização, de modo que as propostas e demandas organizadas foram submetidas para a construção definitiva da “Política Nacional para a População em Situação de Rua”, que se efetivou em 2009 através da publicação do Decreto 7.503, que institui a Política Nacional de Atendimento para a População em Situação de Rua e o seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento, e representou a primeira iniciativa nacional de reconhecimento dos direitos do grupo em questão historicamente excluído.

Além da publicação dos dados do I Censo e Pesquisa Nacional, intitulado “Rua: aprendendo a contar”, visto que entre os anos de 2007 e 2008 o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome realizou uma pesquisa voltada para pessoas em situação de rua em 71 cidades brasileiras com população superior a 300 mil habitantes (exceto São Paulo, Belo Horizonte, Recife e Porto Alegre), sendo que este foi o primeiro. Os resultados dessa pesquisa foram divulgados em 2008, demonstrando que 31.922 pessoas utilizam as ruas como forma de moradia no país. Entretanto, esses números são bem maiores, pois cidades importantes não fizeram parte desse levantamento.

Tal pesquisa caracterizou-se como o primeiro momento com maior atenção do poder público para subsidiar a formulação de políticas, tanto que em recorte específico para a Política de Assistência Social, em 2009, foi publicada Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais (TNSS), através da Resolução 109 do Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), que tipifica e classifica os serviços socioassistenciais em âmbito nacional.

A referida Tipificação conta com serviços destinados a pessoa em situação de rua no âmbito da Proteção Social Especial de Média Complexidade, através do Serviço Especializado em Abordagem Social. Na Proteção Social Especial de Alta Complexidade, são ofertados dois serviços: o Serviço de Acolhimento Institucional para adultos e famílias em situação de rua, e o Serviço de Acolhimento República, que inclui adultos em processo de saída das ruas.

4. SERVIÇO SOCIAL, MOVIMENTOS SOCIAIS E DIREITOS HUMANOS

Abordadas as características acerca de movimentos sociais, apresentam-se alguns elementos sobre a relação entre Serviço Social, movimentos sociais e direitos humanos. Antes, porém, de abordar acerca do Serviço Social, movimentos sociais e direitos humanos é necessário trazer um panorama pelo qual vive o Brasil, em especial com a ascensão recente de governos de extrema-direita.

Abramides (2021) aponta que a crise de 1970 se configura como uma crise estrutural e sistêmica do capital e que na esfera internacional apresenta causas como progressiva queda nas taxas de lucros, estagflação, crise da superprodução e do petróleo. Esta crise gera ataques consecutivos à classe trabalhadora especialmente a partir de uma proposta de contrarreforma do Estado. No Brasil há um desmonte do Estado-nação desde o final dos anos 1980⁵, passando pela abertura do país ao neoliberalismo na década de 1990, mas que se intensifica de maneira vigorosa a partir do Golpe de 2016 e da posterior ascensão do governo de extrema-direita, Jair Bolsonaro (2019-2022).

A autora aborda que o Golpe de 2016 expressa o reacionismo da extrema direita havendo um processo de negação de valores humanitários universais, aliados às *fake news* e à indústria cultural de negação da solidariedade enquanto valor humano.

Desde 2016, com o Golpe de direita e avanço das medidas demolidoras de direitos, os movimentos sociais ainda não conseguiram retomar com fôlego suas lutas o que se acentua a partir de 2019, com o desgoverno instalado em um contexto fortemente agravado pela pandemia a partir de 2020 (Abramides, 2021, p. 26, 27).

A Pandemia da Covid-19, conforme a autora, traz consequências irreparáveis à classe trabalhadora e que demanda organização por parte desta. Além da pandemia já se constituir como uma grave situação de saúde pública, o Brasil teve suas consequências ampliadas por conta do Governo Bolsonaro, o qual se portou deliberadamente contra as medidas restritivas divulgadas pela Organização Mundial da Saúde - OMS. Neste período, o Estado brasileiro destinou grandes quantias para “salvar” os grandes capitais, enquanto a maioria da população morria por falta de oxigênio, vacinas e insumos para o controle da pandemia. Além disso, o valor do Auxílio Emergencial (que somente foi possível no valor de R\$600,00 mediante disputas no Congresso Nacional) se mostrou bastante limitado para o atendimento à satisfação das

⁵ Abramides (2021, p. 23) cita o Consenso de Washington, em 1989, como a ofensiva do capital na América Latina, elaborado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento (BIRD) e governo norte-americano, os quais mantêm as economias de capitalismo periférico sob o domínio dos países de capitalismo central.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

necessidades básicas da população. Embora as eleições de 2022 tenham derrubado o Governo Bolsonaro, isso não significa o fim do bolsonarismo, uma vez que ainda há disseminação de *fake news*, desqualificação e relativização dos direitos humanos e da democracia.

Isto posto, pondera-se portanto quanto a indissociabilidade do contexto econômico, social e político, pois para adentrar a discussão do Serviço Social junto aos movimentos sociais, é necessário breve resgate histórico, pois conforme Forti (2012) destaca foi com a crise do modelo econômico de 1970⁶ que no final daquela década e na seguinte - 1980, houve a reinserção dos movimentos sindicais e populares no Brasil, em defesa da redemocratização (dado o contexto da ditadura militar e aviltamento das condições de vida da classe trabalhadora⁷ e “de diversos interesses concretos da vida cotidiana. (Forti, 2012, p. 272).

A autora traz que a partir do direcionamento ético-político da categoria tem-se um posicionamento a favor da classe trabalhadora, ou seja, isso reflete que a partir de 1986 com o Código de Ética, há uma nova ética, um *ethos* pautado na vontade coletiva levando em conta a perspectiva histórica e crítica, ou seja, isso remete ao direcionamento assumido face aos compromissos expressos pelo Serviço Social considerando seu percurso.

De acordo com a Forti (2012) a nova ética resulta da inserção da categoria nas lutas da classe trabalhadora, o que culminou inclusive em uma nova visão da sociedade brasileira, de modo que o próprio projeto profissional apresenta reflexão quanto às contradições postas pela ordem instituída. Desta forma, para a autora em tela, o Código de Ética de 1993 “buscou assegurar e ampliar as conquistas profissionais impressas no código anterior.”, se caracterizando como uma revisão.

O atual Código de Ética Profissional configura “a direção dos compromissos assumidos pelo Serviço Social nas últimas décadas do seu percurso histórico” (Forti, 2012, p. 274), ou seja, valores e interesses contrários à ordem do capital.

Desta maneira, o Projeto Ético-Político do Serviço Social “possui uma perspectiva crítica à ordem socioeconômica estabelecida e, em consequência, a defesa dos direitos dos

⁶ O chamado “milagre econômico” previa um crescimento econômico acelerado.

⁷ Para tanto, houve participação das Comunidades Eclesiais de Base, e diversas categorias profissionais e entidades sociais. Nesse processo histórico, os assistentes sociais foram sujeitos ativos, fator este que proporcionou avanços no plano intelectual e em nível organizativo. Com isso há avanços na perspectiva crítica e progressista inspirada no próprio Movimento de Reconceituação. Tanto que, o Código de Ética do Assistente Social de 1986, representou um marco na busca pelo rompimento com o conservadorismo, sendo considerado, portanto, ‘divisor de águas’ no percurso da ética na profissão.” (Forti, 2012, p. 273).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

trabalhadores.” (Forti, 2012, p. 274). Neste viés, as intervenções profissionais devem ser compatíveis

“com concepção ampla que tem como referência todos os afetados pelas violações dos direitos (humanos), a exemplo dos vitimados pelos acidentes de trabalho, pelo desemprego, pela desregulamentação do trabalho, pelos baixos salários, pelos crimes financeiros, pela violência doméstica, pela ação repressiva do Estado (inclusive a repressão policial), pelos sistemas penitenciários, de saúde e educacional, grande parte, ineficientes e/ou desqualificados, pelo latifúndio, pelos crimes na internet, ou seja, assumirmos, verdadeiramente, compromisso face às vítimas das misérias da nossa sociedade. (Forti, 2012, p. 279.)

Isso significa que as ações profissionais são a favor da defesa, da efetivação e ampliação desses direitos humanos numa perspectiva contrária da hegemonia liberal, deste modo, “a materialização dos Direitos Humanos na sociedade de classes pode ser caminho para o que ainda precisamos alcançar se pretendemos liberdade real, igualdade de fato e fraternidade na prática.” (Forti, 2012, p. 279.), pois há de se considerar que embora os direitos estejam garantidos constitucionalmente a realidade os nega. Nessa direção, conforme expressam Freire e Sierra (2020), o neoliberalismo não poderia ser compatível com os direitos humanos, o que por si só já sinaliza as contradições sociais e suas repercussões.

O declínio dos direitos humanos, principalmente os direitos sociais, ambientais e trabalhistas, são sinônimo do desmantelamento das barreiras que impunham limites ao capital. Logo, o ataque aos direitos humanos é uma estratégia do capital que visa ressignificar os direitos humanos no contexto neoliberal, a partir da moral cristã tonificada em tempos de crise do capital de ajustes estruturais, visando enfraquecê-los.

Com um moralismo de fachada, a ideologia religiosa cristã passou a ser a referência para desmontar os direitos humanos, a base do Estado Democrático de Direitos. Tanto que Freire e Sierra sinalizam que o objetivo disto é “tornar a economia mais flexível aos interesses do capital, reproduzido com o mínimo de políticas sociais.” (Freire; Sierra, 2020, p. 138).

Válido ressaltar que o aspecto econômico e cultural é um instrumento de dominação muito bem utilizado pela extrema direita, e nesse contexto de um lado aumenta a consciência sobre os modos de violação de direitos que ocorrem nas várias dimensões da vida humana, de outro “as lutas coletivas contra a expropriação de direitos parece causar menos indignação.” (Freire; Sierra, 2020, p. 141).

Portanto, é evidente que o antagonismo entre capitalismo e cidadania plena, expressa também a contradição entre classe social e cidadania, pois uma sociedade que está dividida em



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

classes, de um lado cria privilégios, e de outro limitações para que todos possam apropriar-se das riquezas espirituais e materiais socialmente criadas. (Coutinho, 1999).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante da conjuntura de barbárie alimentada pelo capitalismo ultraneoliberal é imprescindível à profissão a busca e defesa do Projeto Ético-Político Profissional pautado no aprofundamento teórico, no compromisso pela socialização de informações e direitos, bem como da retomada de experiências de trabalho de base, de educação popular, além da luta contra as variadas formas de opressão (Abramides, 2021, p. 31).

Apesar da conjuntura desfavorável à classe trabalhadora na atualidade, os movimentos sociais - com suas particularidades - se constituem enquanto forte mecanismo de luta e resistência da classe trabalhadora, seja no espaço urbano (a exemplo dos Movimentos da População em Situação de Rua) e rural (a exemplo do Movimento do Sem Terra). As bandeiras de lutas defendidas pelos movimentos sociais visam, de maneira geral, a busca e defesa pela emancipação humana, abrangendo a luta pela terra, moradia, saúde, alimentação, educação, entre outros. Pautam, portanto, questões pelas quais o capital não é capaz de lidar, por conta de sua natureza contraditória e essencialmente desigual. A superação das expressões da “Questão Social” somente será possível com a derrocada do atual sistema de produção e do fortalecimento das concepções da classe trabalhadora enquanto classe *em si* e *para si*.

6. REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. Serviço Social e Lutas Sociais: desafios profissionais em tempos de barbárie. **Temporalis**, Brasília, v. 41, n. 21, p. 19-33, jan/jun. 2021.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho? ensaio sobre a metamorfose e a centralidade do mundo do trabalho**. 16. ed. São Paulo, Cortez, 2015.

BEZERRA, Cristina Simões. A questão agrária no Brasil e os desafios contemporâneos ao Movimento dos Sem-Terra: uma análise sobre as estratégias produtivas e políticas do movimento. In: ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (org.). **Movimentos Sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014. p. 136-277.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Resolução nº 40, de 13 de outubro de 2020**. Dispõe sobre as diretrizes para promoção, proteção e defesa dos direitos humanos das pessoas em situação de rua, de acordo com a Política Nacional para População em Situação de Rua. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/aceso-ainformacao/participacao-social/conselho-nacional-de-direitos-humanoscndh/copy_of_Resolucao40.pdf>. Acesso em: 12 set. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Rua aprendendo a contar: pesquisa nacional sobre a população em situação de rua**, 2009. Disponível em:



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

<https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/Rua_aprendendo_a_contar.pdf>. Acesso em: 16 set. 2022.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: MDS, 2005. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf >. Acesso em: 16 set. 2022.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais**. Brasília: MDS, 2014. Disponível em: <https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/tipificacao.pdf>. Acesso em: 26 set. 2022.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei 11.258 de 30 de dezembro de 2005**. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social, para acrescentar o serviço de atendimento a pessoas que vivem em situação de rua. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/l11258.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%2011.258%2C%20DE%2030,vivem%20em%20situa%C3%A7%C3%A3o%20de%20rua. Acesso em: 16 set. 2022

_____. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm. Acesso em: 10 set. 2022.

COUTINHO, Carlos Nelson. Cidadania e modernidade. In: Perspectivas: **Revistas de Ciências Sociais**. 22:41-59, 1999. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/perspectivas/article/view/2087/1709>. Acesso em: 10 mar. 2024.

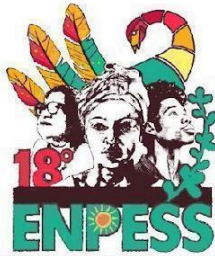
FONTES, Virgínia. Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classes. **Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea**, [S. l.], n. 21, p. 23–36, 2009. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/revistaempauta/article/view/87>. Acesso em: 19 fev. 2024.

FONTES, Virgínia. **Sociedade Civil no Brasil contemporâneo**: lutas sociais e luta teórica na década de 1980. In: NEVES, L. W. e Lima, J. C. F. (Orgs.) Fundamentos da Educação escolar do Brasil contemporâneo. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2006.

FORTI, Valéria. Direitos Humanos e Serviço Social: notas para o debate. **O Social em Questão**. Ano XV, n. 28, 2012, p. 265-280. Disponível em: <http://osocialemquestao.ser.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=86&sid=18>. Acesso em: 18 fev. 2024.

FREIRE, Silene de Moraes; SIERRA, Vânia Morales. Direitos humanos no contexto das regressões ultraliberal no Brasil. In: BARBOZA, Douglas Ribeiro; BOTELHO, Jacqueline (Orgs). **Lutas sociais e ofensiva do capital no Brasil contemporâneo**: desafios e estratégias de organização da classe trabalhadora. Uberlândia/MG: Navegando, 2020, p.126-145. Disponível em: <https://www.editoranavegando.com/livro-lutas-sociais-e-ofensiva-do-capita>. Acesso em: 10 mar. 2024.

GARRISON, John W. Do confronto à colaboração: relações entre a sociedade civil e o governo e o Banco Mundial no Brasil. Brasília: Banco Mundial, 2000.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

GOHN, Maria da Glória. Novas teorias dos movimentos sociais na América Latina. XXVII Congreso de la Asociación Latinoamericana de Sociología. VIII Jornadas de Sociología de la Universidad de Buenos Aires. Asociación Latinoamericana de Sociología, Buenos Aires, 2009. Disponível em: <https://cdsa.aacademica.org/000-062/1251.pdf>. Acesso em: 18 fev. 2024

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo. **Serviço Social e Sociedade**, n. 124. out/ dez. São Paulo, 2015. p. 721-745.

INSTITUTO PÓLIS. **Cartilha para formação política do Movimento Nacional da População de Rua: Conhecer para lutar.** São Paulo, 2010. Disponível em: <https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/mnpr_cartilha_direitos_conhecer_para_lutar.pdf>. Acesso em: 01 de jun 2024.

LA VIA CAMPESINA. **La Vía Campesina:** Um movimento de movimientos y la voz global de lxs campesinxs que alimentan el mundo. s/d. Disponível em: <<https://viacampesina.org/es/la-via-campesina-la-voz-las-campesinas-los-campesinos-del-mundo/>>. Acesso em: 10 mar. 2024

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2012. (Biblioteca Básica de Serviço Social. Vol. 1).

PIRES, Angela Monteiro. **Educação do Campo como Direito Humano.** São Paulo: Cortez, 2012. (Coleção Educação em Direitos Humanos; v.4).

SANTOS, Pablo Gersiney. **A voz da situação de rua na agenda de mudança social no Brasil:** um estudo discursivo crítico sobre o movimento nacional da população em situação de rua (MNPR). Universidade de Brasília. Programa de Pós-Graduação em Linguística, 2017. Disponível em: https://repositorio.unb.br/bitstream/10482/24869/1/2017_GersineyPabloSantos.pdf. Acesso em: 23 set. 2022.